

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### PROJETO DE LEI nº 1.633, DE 2007

Suprime e altera dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil Brasileiro.

**AUTOR:** Deputado OSMAR SERRAGLIO

**RELATOR:** Deputado RODRIGO PACHECO

#### I – RELATÓRIO

Trata-se do **Projeto de Lei nº 1.633, de 2007**, de autoria do deputado Osmar Serraglio (PMDB/PR), cujo objetivo é o de estabelecer que as deliberações sociais e a aprovação para cessão de quota a outro sócio deverão ser feitas pelos sócios em maioria de capital, bem como que o contrato social possa prever a administração da sociedade limitada por terceiros.

Os autos da proposição foram encaminhados à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CDEIC, bem como a esta Comissão, para análise de sua constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito, nos termos do artigo 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Na CDEIC, o relator, deputado Albano Franco (PSDB/SE), deu parecer pela aprovação da proposição, sendo aquele aprovado por unanimidade.

A proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, com regime ordinário de tramitação. É o relatório.

## **II – VOTO**

Compete privativamente à União legislar sobre direito civil, nos termos do inciso I, do artigo 22, *caput* do artigo 48 e *caput* do artigo 61, todos da Constituição Federal. Fica preenchido, assim, o critério de constitucionalidade formal exigido para o oferecimento do projeto de lei.

Do mesmo modo, a proposição não fere preceitos materiais da Constituição Federal, nem princípios e fundamentos que informam o nosso ordenamento jurídico infraconstitucional.

Algumas alterações, todavia, são necessárias para preservar sua técnica legislativa, de acordo com a Lei Complementar nº 95, de 26 de setembro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do artigo 59 da Constituição Federal.

Isto porque há duplicidade de artigos com a mesma redação (artigos 2º e 3º), bem como não houve aposição da expressão “NR” ao final das alterações sugeridas aos artigos 1.057, 1.061 e 1.076, todos do Código Civil – Lei nº 10.406, de 2002. Por fim, carece a proposição de artigo inaugural, que deveria enunciar o objeto da lei pretendida.

Quanto ao mérito, entendemos que a medida deve prosperar, por prever importante simplificação do regime legal das sociedades limitadas. Constituem estas a forma mais comum de organização hodierna das empresas de pequeno porte, que são justamente aquelas que dispõem de menos recursos para aprofundarem suas atuações.

A simplificação pretendida é importante. A uniformização do quórum exigido nas deliberações de sócios contribuirá para maior racionalidade e ganhos de previsibilidade e estabilidade das sociedades limitadas.

Por todo o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do **Projeto de Lei nº 1.633, de 2007**, nos termos do substitutivo apresentado.

Sala de Sessões,      de                      de 2017.

**RODRIGO PACHECO**

Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI nº 1.633, DE 2007

Altera dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, e revoga o §1º do artigo 1.063 do mesmo diploma legal.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º Esta Lei altera dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, e revoga o §1º do artigo 1.063 do mesmo diploma legal para dispor sobre o regime das sociedades limitadas.

Art. 2º O *caput* do artigo 1.057 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.057 Na omissão do contrato, o sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio ou a estranho, desde que o consintam os demais sócios em maioria do capital social.

.....” (NR)

Art. 3º O artigo 1.061 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.061 O contrato pode permitir administradores não sócios e regular a forma de sua designação.” (NR)

Art. 4º O artigo 1.076 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.076 As deliberações sociais serão tomadas pelos votos dos sócios correspondentes à maioria do capital social, salvo se o contrato dispuser de modo diverso.”  
(NR)

Art. 5º Fica revogado o §1º do artigo 1.063 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, de de 2017.

**RODRIGO PACHECO**

Relator